

CURSO TÉCNICO EM REGISTROS E INFORMAÇÕES EM SAÚDE

PLANO DE CURSO

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

CNPJ	24.365.710/0017-40	
Nome da Unidade	Escola de Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte	
Nome da Fantasia	Escola de Saúde	
Esfera Administrativa	Federal	
Endereço	Av. Senador Salgado Filho, s/n, Lagoa Nova, Campus Universitário. BR 101, S/N – Lagoa Nova	
Cidade/UF/CEP	Natal/RN CEP: 59078-970	
Telefone	(84) 3342-2290	
E-mail de contato	esufrn@es.ufrn.br	
Site da Unidade	www.escolasaude.ufrn.br	
Área do Plano	Saúde	
Habilitação e Qualificação		
Habilitação	Curso Técnico em Registros e Informações em Saúde	
Carga Horária	1.200h	

Sumário

1.	INTRODUÇÃO	4	
1	1.1. JUSTIFICATIVA		. 5
2.	OBJETIVOS	9	
3.	REQUISITOS DE ACESSO E DE MATRÍCULA	9	
4.	PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO	9	
5.	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	11	
6.	AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E DA ASSIDUIDADE	37	
	APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS NTERIORES	38	
8.	TRANCAMENTO DE COMPONENTES CURRICULARES	39	
	PRÉ-REQUISITOS OU CORREQUISITOS DE COMPONENTES URRICULARES	39	
10.	. OFERTA DOS COMPONENTES CURRICULARES	40	
11.	. REALIZAÇÃO DE ESTÁGIOS CURRICULARES	41	
12.	. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	43	
13.	. ACERVO BIBLIOGRÁFICO	44	
14.	. CERTIFICADOS E DIPLOMAS	45	
15.	. REFERÊNCIAS	46	

1. INTRODUÇÃO

A Escola de Saúde da UFRN (ESUFRN), através do Conselho da ESUFRN e Conselho de Cursos Técnicos, apresenta à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e ao Ministério da Educação o Plano do Curso **Técnico em Registros e Informações em Saúde.**

Este Plano de Curso apresenta uma justificativa e respaldo jurídico para a sua oferta, e nele estão contidas as diretrizes curriculares necessárias para organização do curso e informações relacionadas à infraestrutura e de pessoal. Trata-se da atualização da primeira versão elaborada em 2008 e atualizada em 2010, que embasou a oferta de cinco turmas concluintes e uma em andamento.

Suas concepções e direcionamentos são norteados a partir da concepção politicopedagógica da ESUFRN, a qual tem seu papel centrado na perspectiva da formação integral do cidadão trabalhador. Para tanto, sua formação deverá ser calcada nos pressupostos e fundamentos de uma educação profissional técnica com dimensões humanas integradas na organização curricular: trabalho, ciência, tecnologia e cultura (BRASIL, 2013).

Especificamente, através da Resolução CNE/CEB nº 4/2010, este Plano de Curso compreende a Educação Profissional como

uma das formas possíveis de diversificação, que atende a contingência de milhares de jovens que têm o acesso ao trabalho como uma perspectiva mais imediata. Parte desses jovens, por interesse ou vocação, almejam a profissionalização neste nível, seja para exercício profissional, seja para conexão vertical em estudos posteriores de nível superior. Outra parte, no entanto, a necessita para prematuramente buscar um emprego ou atuar em diferentes formas de atividades econômicas que gerem subsistência (BRASIL, 2013, p.214).

Nesta perspectiva, este Plano de Curso considera os saberes e as experiências incorporados, superando a tradicional e ultrapassada redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto meramente operacional, simplificado e linear, através de uma formação plena, que permita a formação de um profissional ético, crítico e criativo, com ferramentas que os permita enfrentar o mundo atual do trabalho, tal qual como ele exige.

Nesta perspectiva, pretende-se seguir as orientações das Diretrizes Curriculares, em que "o currículo de quaisquer dos cursos da modalidade de Educação Profissional e

Tecnológica deve ser construído a partir de dois eixos norteadores essenciais: o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico" (BRASIL, 2013, p.231).

1.1. **JUSTIFICATIVA**

A informação tem assumido um papel muito importante no cotidiano das pessoas e da sociedade em geral, tornando-se instrumento da organização pessoal, social e um recurso estratégico em todas as áreas. Vive-se uma época em que se observa uma grande quantidade de informações nas mais variadas áreas do conhecimento, sendo árdua a missão de torná-las úteis no processo de tomada de decisão.

Na área da saúde, evidenciam-se, também, os reflexos do desenvolvimento científicos e tecnológicos e consequentemente da informação, principalmente frente aos avanços da implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo uma de suas diretrizes a descentralização da gestão dos serviços de saúde, passando a existir também uma demanda crescente para a descentralização da produção das informações em saúde, de modo a possibilitar a gestão e a definição de prioridades nos diversos níveis de decisões.

A tecnologia da informação assumiu nos últimos anos um papel imprescindível no contexto das organizações públicas brasileiras e são instrumentos fundamentais para apoiar as ações do Ministério da Saúde e do SUS (BRASIL, 2015). Os sistemas de informações em saúde brasileiros crescem aceleradamente e exigem dos trabalhadores da saúde competências e habilidades específicas para o seu manuseio. Nesta perspectiva, destacamos os princípios da Política Nacional de Informação e Informática em Saúde, sendo eles:

- A informação em saúde destina-se à ação de atenção à saúde de cada indivíduo e da coletividade;
- A gestão da informação em saúde deve ser integrada e capaz de gerar conhecimento;
- A promoção da democratização da informação em saúde é um dever das instâncias gestoras do SUS;
- A informação em saúde é elemento estruturante para a universalidade, a integralidade e a equidade social na atenção à saúde;
- O acesso gratuito à informação em saúde é um direito de todo indivíduo;

- A promoção da descentralização dos processos de produção e disseminação da informação em saúde deve atender às necessidades de compartilhamento nacional e internacional de dados e as informações frente às especificidades regionais e locais;
- A informação em saúde deve ter sua autenticidade e integridade preservadas;
- Todo indivíduo tem direito à confidencialidade, ao sigilo e à privacidade da sua informação de saúde pessoal.

Nesta direção, uma política pública para enfrentamento aos diversos problemas de saúde, seja de morbidade, mortalidade ou de agravos à saúde necessita de bases de informações confiáveis, que sustentem e direcionem as tomadas de decisões. A partir de dados fidedignos é possível a identificação dos determinantes sociais da saúde e do impacto de ações e programas para promover a saúde da população.

Na atualidade, os gestores compreendem a informação em saúde como prioridade, especialmente com a introdução dos processos de planejamento e programação em saúde com base na pactuação de indicadores de saúde, estratégias que fortalecem o uso de informações e as análises de situação de saúde, valorizando os sistemas de informações com a ampliação do seu uso.

A disponibilidade de informação e a construção de indicadores apoiados em dados válidos e confiáveis é condição essencial para a análise objetiva da situação sanitária, assim como para a tomada de decisões e planejamento das ações de saúde. Nesta perspectiva, ressalta-se a importância da informação, oriunda de registros, para o planejamento e gestão de um sistema de saúde pautado nos princípios doutrinários do SUS - Universalidade, Integralidade e Equidade.

Essa construção demanda das organizações públicas e privadas de saúde um conjunto de mudanças no campo gerencial e sinaliza a necessidade de desenvolvimento de sistemas de informações e registros eletrônicos de saúde que permitam recuperar, por meios eletrônicos, as informações de saúde do indivíduo em seus diversos contatos com o sistema de saúde, com o objetivo de melhorar a qualidade dos processos de trabalho em saúde, incluindo a disponibilidade local de informações para a atenção à saúde. Neste contexto, são necessárias mudanças nas concepções e práticas cotidianas de atores envolvidos no processo de produção de registros e disseminação de informações.

Alternativas para aumentar a capacidade de análise das informações e de atuação e intervenção de gestão impõem-se como uma das prioridades, sendo referência para a reorganização dos sistemas de informações em saúde, já que os sistemas existentes ainda não

atendem a uma visão integrada e orientadora do SUS, a partir da gestão descentralizada e participativa.

Os setores de registros e informações em saúde dos serviços de saúde, sob esta ótica, assumem papel estratégico e pressupõem uma organização pautada em normas e rotinas bem definidas e adequadas às diretrizes do SUS. Apesar de sua importância para a gestão do SUS nos seus diferentes níveis, constata-se que os serviços de saúde brasileiros, em sua maioria, se ressentem de organização adequada destes setores.

A reestruturação dos setores relacionados às informações e registros em saúde constitui um processo complexo e pressupõe um conjunto de ações de caráter técnico-político e pedagógico, incluindo a construção e aplicação de novos modelos e práticas de gestão institucional e absorção de profissionais qualificados para estas responsabilidades.

Os avanços recentes na organização dos sistemas de informações em saúde e as inovações científicas e tecnológicas aumentam a valorização dessa área, somados às mudanças na Educação Profissional advindas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, sancionada em 20 de dezembro de 1996, em que "consagra a educação profissional e tecnológica entre os níveis e as modalidades de educação e ensino, através do seu art. 227 da Constituição Federal como direito à profissionalização, a ser garantido com absoluta prioridade" (BRASIL, 2013, p. 203).

Estes fatos apontam para a necessidade de formação de um profissional qualificado não só para atender às demandas de um mercado globalizado e competitivo, mas, principalmente, preparado para tomar decisões diante de situações que requeiram habilidades e competências para o desenvolvimento do trabalho em saúde, alicerçado nas informações pertinentes. A necessidade de capacitação desses profissionais é concebida de modo criativo e inovador, visando desenvolver conhecimentos sobre a tecnologia da informação e a integração dos sistemas de informações em saúde, constituindo uma poderosa ferramenta na promoção da equidade na atenção integral à saúde.

Constata-se que a complexidade do processo de trabalho de produção e/ou utilização das informações em saúde exige dos atores envolvidos, conhecimento técnico-científico, visão ética e política, além da capacidade de compreender a problemática da saúde em sua macroestrutura social, atuando como agente de transformação.

Desta forma, o processo de capacitação do profissional Técnico em Registros e Informações em Saúde deve estar voltado para o aprimoramento de uma gestão da saúde comprometida com a melhoria da qualidade dos serviços de saúde e da transparência do

Estado para a sociedade, procurando subsidiar os gestores, trabalhadores e usuários dos serviços de saúde.

Conhecendo a realidade do Estado no tocante à necessidade de profissionais ESUFRN habilitados nesta área, a e se preocupa com a existência de profissionais que atuam nos serviços de saúde na área de registros e informações em saúde sem uma formação específica para atuação na mesma. Neste contexto, tomando como base, também, o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio (Resolução CNE/CEB nº 3/2008), no qual é prevista a oferta do curso técnico em registros e informações em saúde (BRASIL, 2012) e objetivando suprir a lacuna existente na formação deste profissional, a Escola visa profissionalizar Técnicos em Registros e Informações em Saúde na perspectiva de contribuir com os serviços de saúde no que diz respeito à disponibilidade de registros e informações confiáveis para análise em saúde e tomada de decisões.

Em consonância, com a orientação do Catálogo Nacional de Cursos, o curso Técnico Registros e Informações em Saúde pretende formar trabalhadores de nível médio para atuarem

na organização do conteúdo e do arquivo de prontuários, na organização das fontes de dados e no registro para os sistemas de informações em saúde, contribuindo para a continuidade do atendimento, o planejamento e a avaliação das ações. Desenvolve procedimentos de guarda, catalogação, pesquisa e manutenção de registros e dados em saúde (BRASIL, 2012, p.29).

Considerando legítima a luta pela profissionalização e requalificação dos trabalhadores da saúde a ESUFRN, que sempre esteve associada a esse movimento, atua como partícipe na missão de capacitar jovens e adultos com conhecimentos e competências que lhes assegurem novas oportunidades de crescimento e melhoria profissional, de condições de inserção no mundo do trabalho e, consequentemente, contribuir com a gestão democrática SUS, fortalecendo e ampliando a participação dos diversos segmentos da sociedade e contribuindo com os mecanismos de defesa dos direitos do cidadão.

O teor da proposta, aqui apresentada, contempla a organização dos conteúdos descritos em forma de competências, habilidades e bases tecnológicas, englobando módulos e componentes curriculares, constituídas a partir das competências gerais e específicas do técnico em registros e informações em saúde e uma abordagem metodológica que pressupõe a interação do aluno com a realidade social.

A escola trabalha a formação do cidadão numa concepção de educação centrada em competências, preparando-o para o trabalho, sem, contudo, reduzir o processo educativo às flutuações do mercado. Adota, para tanto, o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas,

buscando conjugar questões técnicas com uma formação crítica e humanística, numa perspectiva de romper com padrões mecanicistas, possibilitando ao estudante uma melhor compreensão da sociedade e de suas diversidades. Vislumbra um técnico preparado para prestar um serviço que atenda à integralidade do cuidado à saúde como um direito de cidadania.

2. OBJETIVOS

Formar profissionais Técnicos em Registros e Informações em Saúde.

3. REQUISITOS DE ACESSO E DE MATRÍCULA

O ingresso ocorrerá mediante aprovação no processo seletivo classificatório, o qual é regido por edital publicado pela ESUFRN. Para a seleção o candidato deverá ter concluído ou estar cursando o último ano do Ensino Médio.

O candidato ao curso Técnico em Registros e Informações em Saúde deverá apresentar a seguinte documentação para efetivação da matrícula:

- Certificado e histórico de conclusão do ensino médio;
- Declaração de matrícula na 3ª série do ensino médio ou declaração de pendência(s)
 em até duas disciplinas para conclusão do Ensino Médio, na modalidade de exames supletivos, quando for o caso;
- Documentos pessoais: certidão de nascimento ou certidão de casamento, carteira de identidade, CPF, certidão de reservista (para maiores de 18 anos, do sexo masculino), título de eleitor com comprovante de quitação eleitoral da última eleição, duas fotos recentes devidamente datadas e documento comprobatório de endereço;
- Devem ser apresentados documentos originais e cópias, que serão arquivadas na secretaria da escola.

4. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

Ao final do curso, o Técnico em Registros e Informações em Saúde terá desenvolvido as seguintes competências profissionais gerais e específicas:

Competências Gerais dos Profissionais de Nível Técnico da Área de Saúde

- Identificar os determinantes e condicionantes do processo saúde/doença.
- Identificar a estrutura e organização do sistema de saúde vigente.
- Identificar funções e responsabilidades dos membros da equipe de trabalho.
- Planejar e organizar o trabalho na perspectiva do atendimento integral e de qualidade.
- Realizar trabalho de equipe, correlacionando conhecimentos de várias áreas ou ciências, tendo em vista o caráter interdisciplinar.
- Aplicar as normas de biossegurança.
- Aplicar princípios e normas de higiene e saúde ambiental.
- Interpretar e aplicar legislação referente aos direitos do usuário.
- Identificar e aplicar princípios e normas de conservação de recursos não renováveis e de preservação do meio ambiente.
- Aplicar as normas de saúde e segurança do trabalho.
- Interpretar e aplicar normas do exercício profissional e princípios éticos que regem a conduta do profissional de saúde.
- Identificar e utilizar rotinas, protocolos de trabalho, instalações e equipamentos.
- Operar equipamentos próprios do campo de atuação, zelando pela sua manutenção;
- Registrar ocorrências e serviços prestados, de acordo com exigências do campo de atuação.
- Prestar informações aos usuários do sistema de saúde e a outros profissionais sobre os serviços que tenham sido prestados.
- Participar na coleta e organização de informações relacionadas ao sistema de saúde;
- Utilizar recursos e ferramentas de informática específicos da área.
- Realizar primeiros socorros em situações de emergência.

Competências Específicas do Técnico em Registros e Informações em Saúde

- Aplicar técnicas de organização e administração de serviços de documentação, registros e estatísticas de saúde.
- Coletar e processar dados estatísticos e divulgar periodicamente relatórios de informações em saúde.
- Analisar informações produzidas pelo serviço, processando dados e elaborando tabelas e gráficos com dados estatísticos.
- Desenvolver e aplicar procedimentos voltados para a guarda, catalogação e conservação dos prontuários.
- Supervisionar o pessoal auxiliar visando a eficácia, efetividade e eficiência das ações desenvolvidas nos serviços de saúde.
- Colaborar com a gestão dos serviços de saúde na elaboração de normas de conteúdo dos prontuários, bem como na avaliação da qualidade dos serviços.

- Estimular o registro dos dados produzidos por ocasião da atenção à saúde, necessários à gestão, planejamento e avaliação.
- Participar da coordenação das atividades relacionadas aos registros e informações em saúde nos diferentes setores dos serviços de saúde e níveis de atenção à saúde.
- Apoiar estratégias de educação permanente na área de registros e informações em saúde junto aos profissionais de saúde.
- Alimentar, de forma oportuna, os sistemas de informações em saúde, de acordo com sua área de atuação, de forma a garantir a fidedignidade, disponibilidade e segurança dos dados.

5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Quadro 01 - Matriz Curricular do Curso Técnico em Registros e Informações em Saúde. Natal/RN, 2016.

Módulos	Componente Curricular	Carga	
		Horária	
	Saúde e Sociedade	45	
	Processo de Trabalho em Saúde	60	
	Promoção da Saúde e Segurança no Trabalho	50	
	Biossegurança nas Ações de Saúde	30	
Módulo 1	Primeiros Socorros	40	
	Informática em Saúde	45	
	Ato de Ler e Escrever	30	
	Políticas de Saúde	30	
	Total	330	
Módulo 2	Território em Saúde	30	
	Organização da Atenção à Saúde	60	
	Registros em Saúde	80	
	Processo de Trabalho em Registros e Informações em Saúde	60	
	Epidemiologia	60	
	Total	290	
	Bioestatística	60	
	Informática em Saúde II	45	
Módulo 3	Anatomia Humana e Terminologia em Saúde	120	
	Sistemas de Informações em Saúde I	60	
	Total	285	
	Planejamento em Saúde	35	
	Sistemas de Informações em Saúde II	60	
Módulo 4	Práticas Integradas em Registros e Informações em Saúde	200	
	Total	295	
Estágio Curricular Não Obrigatório		-	
Oniguiono	Carga horária total	1.200	

MÓDULO 1 Componente Curricular: Saúde e Sociedade (CH: 45 horas)

Ementa	Formação do povo brasileiro. Identidades étnico-raciais e de gênero. Estado, políticas públicas e sociais. Direitos humanos e cidadania.		
Competências	Determinantes sociais de saúde. Processo saúde e doença. Habilidades	Bases Tecnológicas	
Competencias	Habilidades	Dases Technologicas	
Reconhecer as identidades	Correlacionar a diversidade do povo brasileiro com as identidades	Concepção da formação do povo brasileiro e suas identidades étnico-	
étnico-raciais e de gênero na	étnico-raciais e de gênero. Identificar a produção de saúde associada	raciais, em especial a matriz indígena e matriz afro, e diversidade de	
compreendendo a relação	às condições de vida e de trabalho de indivíduos e coletividades.	gênero.	
homem/natureza/cultura no	Discutir a atuação do Estado e das políticas públicas e políticas	Compreensão do processo saúde e doença e construção do perfil sócio-	
processo saúde-doença.	sociais na organização da sociedade e dos serviços de saúde.	sanitário e epidemiológico de indivíduos e coletividade.	
Compreensão da relação homem e sociedade e suas diferentes capacidades de interação social.	Reconhecer as desigualdades sociais em saúde e contribuir para a construção de um sistema de saúde público, gratuito e de qualidade.	, ,	
		Direitos humanos e sua relação com a construção da cidadania.	
Compreensão do processo de saúde e doença na população e sua repercussão no cuidado em		Atuação da sociedade na construção de políticas públicas e políticas sociais de saúde.	
saúde.		Promoção da saúde como estratégia de mobilização social para a	
		melhoria da qualidade de vida.	
Bibliografia	. CZERESNIA D, FREITAS, C.M. Promoção da Saúde: conceitos, reflexões, tendências . 2 ed. Rio de Janeiro. FIOCRUZ, 2009.		
	. BARATA, R. B. Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde. 1 ed. Rio de Janeiro. FIOCRUZ, 2009.		
	. COMISSÃO NACIONAL SOBRE OS DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE (CNDSS). Determinantes sociais da saúde. Portal e		
	observatório sobre iniquidades em saúde: Relatório Final. 04/2008. Disponível em: http://dssbr.org/site . Acesso em: 15 mar. 2014.		
	BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. A Saúde e seus determinantes sociais. Physis (Rio J.), v. 17, n. 1, p. 77-93, 2007.		

Componente Curricular: Processo de Trabalho em Saúde (CH: 60 horas)

Ementa	O trabalho na sociedade. Processo de trabalho em saúde e suas tecnologias. Trabalho em equipe. Relacionamento interpessoal. Comunicação.		
Competências	Habilidades	Bases Tecnológicas	
Conhecer a evolução histórica do		. O trabalho na sociedade: evolução histórica.	
trabalho na sociedade e na saúde - dimensões e tecnologias do	processos de trabalho, compreendendo suas especificidades. .Identificar a organização do processo coletivo de trabalho na saúde:	. Conceitos básicos sobre o trabalho.	
trabalho em saúde.	objetos, meios e finalidades.	. Processo de trabalho em saúde e suas tecnologias.	
Conhecer a importância do	Interagir com a equipe de trabalho em prol da organização e eficácia dos serviços de saúde.	. O trabalho em equipe e o processo grupal.	
trabalho em equipe, da teoria da	.Trabalhar em equipe, utilizando ferramentas de comunicação e	. Relacionamento interpessoal.	
comunicação e do relacionamento interpessoal, na prestação do cuidado integral.	relacionamento interpessoal. Aplicar princípios das relações interpessoais e da comunicação na prestação do cuidado.	. Comunicação: conceitos teóricos sobre comunicação.	
Bibliografia	1 7	F; Stauffer. A. B. (Org.) O Processo Histórico do Trabalho Em Saúde.	
	Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007. 211 p.		
	. BRASIL. Ministério da Saúde. O Processo de Trabalho em Saúde .Curso de Formação de Facilitadores da Educação Permanente dm Saúde. Unidade de Aprendizagem — Trabalho e Relações na Produção do Cuidado em Saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.		
	Vivendo o Mundo do Trabalho – O Trabalho Humano e os Coletivos: os Desafios de Estar na Vida com os outros e a construção		
	do trabalho da saúde em equipe. Curso de Formação de Facilitadores da Educação Permanente em Saúde. Unidade de Aprendizagem –		
	Trabalho e Relações na Produção do Cuidado em Saúde. Rio De Janeiro: Fiocruz, 2005. O Caso Jardim das Flores. Curso de Formação de Facilitadores da Educação Permanente em Saúde. Unidade de Aprendizagem –		
	Trabalho e Relações na Produção do Cuidado em Saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.		
	O Caso Filomena. Curso de Formação de Facilitadores da Educação Permanente Em Saúde. Unidade De Aprendizagem – Trabalho e		
	Relações na Produção do Cuidado em Saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.		
	O Caso Reunião De Equipe. Curso de Formação de Facilitadores da Educação Permanente em Saúde. Unidade de Aprendizagem — Trabalho e Relações na Produção do Cuidado em Saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.		
	. PEDUZZI M, SILVA AM DA S, LIMA, MAD DA S. Enfermagem Como Prática Social e Trabalho em Equipe. In: Fundamentos de saúde		
	coletiva e o cuidado de enfermagem. S., C. B.; CAMPOS, C. M. S. (Org). Barueri (SP): Manole, 2013.		
	. PIANCASTELLI, C. H; FARIA H, P; SILVEIRA, M, R. O Trabalho em Equipe In: SANTANA, J.P. (Org). Organização do Cuidado a		
	partir de problemas: Uma Alternativa Metodológica para a atuação da Equipe de Saúde da Família. UFMG NESCON, Faculdade de Medicina		
	e Escola de Enfermagem. Brasília: OPAS/Representação do Brasil, 2000, p 45-50. . SILVA, MJPS. O Aprendizado da Linguagem Não Verbal . In: STEFANELLI, MC; CARVALHO, EC. (Orgs). A Comunicação nos		
	Diferentes Contextos da Enfermagem. Barueri (SP): Manole, 2012, p.50-64.		
	. STEFANELLI, MC. Introdução À Comunicação Terapêutica. In: STEFANELLI, MC; CARVALHO, Ec. (Orgs). A Comunicação Nos		
	Diferentes Contextos da Enfermagem. Barueri (SP): Manole, 2012, p.6	55-76.	

- . STEFANELLI, MC. **Conceitos Teóricos Sobre Comunicação**. In: STEFANELLI, MC; CARVALHO, EC. (Orgs). A Comunicação nos diferentes contextos da Enfermagem. Barueri (SP): Manole, 2012, p.29-49.
- . Silva, MJPS. Comunicação Tem Remédio: A Comunicação nas Relações Interpessoais em Saúde. São Paulo: Loyola, 7ed. 2010. 133p
- . LIBERALINO, F.N; FORMIGA, J, M, M; VILAR, R.L.A. Mudanças Atuais No Mundo Do Trabalho. Mimeo. 2004.
- . MERHY, E.E; JR. H,M,M; RIMOLI,J; FRANCO,T, B. BUENO,W,S. **O trabalho em saúde: olhando e experienciando o SUS no cotidiano**. 2 ed. São Paulo: HUCITEC. 2004.
- . PINHEIRO, R; BARROS, M.E.B.; MATTOS, R, A. **Trabalho em equipe sobre o eixo da integralidade: valores saberes e práticas.** 1 ed. Rio de Janeiro: CEPESC/IMS/UERJ/ABRASCO. 2007.
- . CAMPOS, G.W.S. Subjetividade e administração de pessoal: considerações sobre modos de gerenciar trabalho em equipes de saúde. IN: **Agir em saúde. Um desafio para o público.** MERHY,E,E, ONOKO, R (ORG). 2 ed. São Paulo: HUCITEC. 2002.

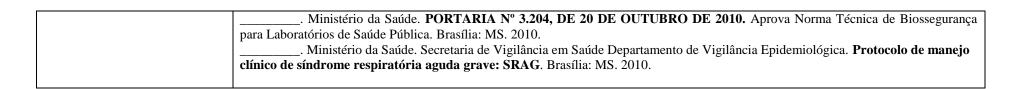
Componente Curricular: Promoção da Saúde e Segurança no Trabalho (CH: 50 horas)

Ementa			
Competências	Habilidades	Bases Tecnológicas	
	Aplicar princípios ergonômicos na realização do trabalho, a fim de		
	prevenir doenças profissionais e acidentes de trabalho, utilizando		
postura de promoção e proteção	adequadamente os EPIs e EPCs.	. Política Nacional de saúde do trabalhador e da trabalhadora	
da saúde individual e coletiva no		. Saúde e Segurança no Trabalho: órgãos governamentais.	
ambiente de trabalho.	Utilizar e operar equipamentos e ferramentas de trabalho dentro dos		
	princípios de segurança.	. Epidemiologia da morbidade no trabalho	
		. Equipamentos de Proteção Individual e Equipamento de Proteção	
	Adotar postura ética na identificação, registro e comunicação de	Coletiva: tipo, uso e legislação pertinente.	
	ocorrências relativas à Saúde e Segurança no Trabalho.	. Acidentes de trabalho e doenças ocupacionais: tipo, causas, prevenção e	
		procedimentos legais.	
	Conhecer legislação trabalhista e previdenciária.	. Legislação trabalhista e previdenciária.	
	11('C'	. Comissão Interna de Prevenção de Acidentes. Exames ocupacionais	
	Identificar riscos potenciais e causas originárias de incêndio e as formas adequadas de combate ao princípio de incêndio.	Códigos e símbolos em Saúde e Segurança no Trabalho.	
	Tormas adequadas de combate ao principio de incendio.	. Prevenção e combate ao princípio de incêndio, classes de incêndio, agentes extintores, procedimentos de combate ao fogo e condutas gerais	
		em situações de sinistro.	
		em situações de sinistro.	
Bibliografia	. BRASIL. Constituição da República Federativa	do Brasil de 1988. Brasília, 1988. Disponível em:	
	<pre><http: ccivil_03="" constituicao="" constituicao.htm="" www.planalto.gov.br=""></http:></pre>		
		solidação das Leis do Trabalho. Diário Oficial da União . Brasília, DF, 9	
	ago. 1943. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dec		
		anos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Diário	
	Oficial da União. Brasília, DF, 25 de julho de 1991. 1991b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm . Acesso		
	em 18 mar. 2014.		
	. BRASIL. Ministério da Previdência Social. Panorama da previdênc		
	3	manual de procedimentos para os serviços de saúde. 2. ed. Brasília, 2001.	
	Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicações/doenças_r	1	
	. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. 2012. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil , Brasília, DF, 24 ago. 2012. Seção I, p. 46-51. Disponível em:		
	http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823_23_08_2 PRASH Porterio nº 2.728 do 11 do novembro do 2000 Dispã		
	1. DRASIL. FORTAITA II 2.728, de 11 de novembro de 2009. Dispo	e sobre a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador	

(RENAST) e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 12 novembro 2009. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt2728_11_11_2009.html. Acesso em: 08 maio 2013. . CAMPOS, Armando. CIPA: Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - uma nova abordagem. 22 ed. SENAC: São Paulo, 2014. . GALLO, Silvio (coord.). Ética e cidadania: caminhos da filosofia. 11 ed. São Paulo: Papirus, 2003. MINISTÉRIO DO TRABALHO EMPREGO. Legislação: Normas Regulamentadoras. Disponível E em: http://portal.mte.gov.br/legislacao/normas-regulamentadoras-1.htm. Acesso em: 12 jul. 2015. . MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. http://www.previdencia.gov.br/ . MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. http://www.mte.gov.br/ MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO NO RIO GRANDE DO NORTE. http://www.prt21.mpt.gov.br/

Componente Curricular: Biossegurança nas Ações de Saúde (CH: 30 horas)

UNIDADE CURRICULAR	Biossegurança nas Ações de Saúde CARGA HOR	ÁRIA 30h			
	EMENTA: Desenvolver competências para evitar ou minimizar os riscos decorrentes das atividades que envolvam a exposição a agentes biológicos nos ambientes de				
trabalho e na coletividade.					
Competências	Habilidades	Bases Tecnológicas			
Desenvolver ações de saúde que previnam e controlem a transmissão de doenças infecciosas, aplicando normas biossegurança com vistas a proteger a saúde do profissional, do cliente e da equipe de trabalho.	Identificar agentes infecciosos, associando a transmissão de doenças modo de vida da população. Reconhecer as doenças infecciosas e infectocontagiosas e as cadeias transmissão. Conhecer as principais medidas para prevenir a disseminação microrganismos, evitando a cadeia epidemiológica das infecções. Identificar as formas de controle dos agentes infecciosos. Aplicar técnicas adequadas de manuseio e descarte de resíduos e fluid biológicos, físicos químicos e radioativos, segundo as normas preconiza pelos órgãos reguladores.	características dos meios de transmissão: bactérias, vírus e fungos. Princípios gerais de Biossegurança. Prevenção e controle das infecções. Conceitos de assepsia, antissepsia, desinfecção, descontaminação e esterilização. Gerenciamento do descarte de resíduos e fluidos biológicos, físicos, químicos e radioativos. Higienização de mãos: resgate histórico, importância e principais técnicas. Norma Regulamentadora 32 (NR 32) do Ministério do Trabalho e Emprego. Acidentes biológicos: prevenção e principais condutas			
Bibliografia	AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. UNIFESP. Infecção Relacionada à Assistência à Saúde. Módulo 5. Risco ocupacional e medidas de precauções e isolamento. DESTRA, A.S; ANGELIERI, D.B; BAKOWSKI, E. SASSI, S. J. G. São Paulo: UNIFESP. 2004. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Resolução da Diretoria Colegiada nº 306. 2004. Recomendações para atendimento e acompanhamento de exposição ocupacional a material biológico: HIV e hepatites B e C. Brasília: ANVISA. 2004. Higienização das Mãos em Serviços de Saúde. Brasília: ANVISA. 2007. Gerência-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados (GGPAF). Protocolo de uso de EPI: Orientações sobre a necessidade do uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para os serviços de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados. Brasília: ANVISA. 2009. Cartilha de Proteção Respiratória contra Agentes Biológicos para Trabalhadores de Saúde. Brasília: ANVISA. 2009. RDC nº 42, de 25 de outubro de 2010. Dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização de preparação alcoólica para fricção antisséptica das mãos, pelos serviços de saúde do país e da outras providências. Diário Oficial da União, 26 out 2010. Riscos Biológicos. Guia Técnico: os riscos biológicos no âmbito da Norma. Regulamentadora nº 32. Brasília, 2008. BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Norma Regulamentadora nº 32. Portaria GM n.º 485, de 11 de novembro de 2005.				



Componente Curricular: Primeiros Socorros (CH: 40 horas)

Ementa	Estudo da epidemiologia do trauma nos primeiros socorros. Princípios gerais de primeiros socorros. Avaliação inicial da vítima e prioridades no atendimento. Atendimento de emergência em: parada cardiorrespiratória; hemorragias; ferimentos, urgências provocadas pelo calor; choque elétrico; males súbitos; intoxicações e envenenamentos. Envenenamento por animais peçonhentos. Estados de choque. Corpos estranhos. Afogamento. Imobilização de luxações, entorses e fraturas. Resgate e transporte de pessoas acidentadas.		
Competências	Habilidades	Bases Tecnológicas	
Atuar na prestação de Primeiros Socorros a vítimas de acidentes ou mal súbito.	Desenvolver atividades educativas junto aos indivíduos, famílias e comunidades, visando à prevenção de acidentes na rua, no lar e no trabalho. Prestar Primeiros Socorros a vítimas de acidentes, observando a escala de prioridades preconizada para o atendimento. Providenciar socorro médico e realizar imobilizações e transporte da vítima para os serviços, de acordo com a complexidade.	Epidemiologia do trauma – Primeiros Socorros. Direitos da vítima de trauma e humanização no atendimento. Prevenção de acidentes. Avaliação inicial: prioridades. Atendimentos em PCR (SBV e DEA). Hemorragias e estado de choque. Lesões provocadas por calor e frio provocadas pelo calor (insolação, internação e queimaduras). Choque elétrico; males súbitos (vertigem, desmaios e convulsão); intoxicação e envenenamentos; lesões provocadas por animais peçonhentos; corpos estranhos; afogamento; luxação; entorse e fraturas – imobilização e transportes de acidentados. Recursos de atendimento de emergência disponíveis na comunidade.	
Bibliografia	Ocupacional, v. 12, n. 45, p. 82-96, jan./mar. 1984. CHAPLEAU, W. Manual de emergências – um guia para primeiros HAFEN, B. Q. et al. Guia de Primeiros Socorros para estudantes. 7 GUYTON, A. C. Fisiologia Humana: uma abordagem integrada. 5.	s e medidas de prevenção de acidentes. Revista Brasileira de Saúde s socorros. São Paulo: Elsevier, 2008 ed. São Paulo: Manole, 2002.	

Componente Curricular: Informática em Saúde (CH: 45 horas)

Ementa	Tecnologia da informação. Hardware e Softwares. Sistemas operacionais. Internet. Microsoft Office Word. Microsoft Office Power Point.	
Competências	Habilidades	Bases Tecnológicas
da saúde, fazendo o uso potencial dos recursos de tecnologia da	Conhecer as tecnologias que proporcionam integração das informações num menor espaço de tempo. Compreender a importância da informática, como uma ferramenta ideal para o armazenamento, análise e disseminação da informação em saúde, influenciando dessa forma, a prática profissional. Identificar os componentes básicos de um computador: entrada, processamento, saída e armazenamento. Identificar os diferentes tipos de <i>softwares</i> : sistemas operacionais, aplicativos e de saúde. Compreender os principais serviços disponíveis na Internet. Operar <i>softwares</i> aplicativos (<i>Microsoft Office Word e Power Point</i>).	. Introdução à informática — <i>Hardware</i> e <i>Software</i> . . Sistemas operacionais: Fundamentos e funções; Sistemas operacionais existentes; Utilização do sistema operacional <i>Windows</i> . . Internet: histórico e fundamentos; serviços (World Wide Web; Conversa <i>online</i> ; outras aplicações inerentes à área da saúde). . <i>Software</i> de edição de texto (<i>Microsoft Office Word</i>). . <i>Software</i> de apresentação (<i>Microsoft Office PowerPoint</i>).
Bibliografia	SILVA, M. G. Informática: terminologia básica, Microsoft Wind Microsoft Office Access 2003 e Microsoft Office PowerPoint 2003. SILVA, M. G. Informática: Terminologia Básica, Windows XP, Mi VINCENT, B. R. L. Internet. Guia para profissionais de saúde. 2 ed	icrosoft Office Word e Excel. 10 ed. São Paulo: Érica. 2008.

Componente Curricular: Ato de ler e escrever (CH: 30 hs)

Ementa	Técnicas de leitura, análise e interpretação de textos. Produção de textos: técnicas de sumarização (fichamento e resumo) e de elaboração de paráfrases (citações e referências). Normalização de trabalhos científicos. Pesquisa bibliográfica.		
Competências	Habilidades	Bases Tecnológicas	
Desenvolver capacidade crítica e reflexiva da realidade de modo a	Realizar leitura crítica de textos.	Métodos e técnicas de leitura, análise e interpretação de textos.	
contribuir na interpretação e		Técnicas para elaboração de textos acadêmicos e documentos oficiais	
elaboração de textos científicos e documentos oficiais.	científicos.	usados na gestão em saúde.	
	Redigir documentos oficiais usados na rotina da gestão em saúde.	Normalização de trabalhos científicos.	
	Realizar levantamento bibliográfico em bibliotecas virtuais	Técnicas de busca de literatura em bibliotecas virtuais.	
Bibliografia	ADLER, M.J, DOREN, C. V. Como ler livros: o guia clássico para a		
	ALVES, R. Entre a ciência e a sapiência: o dilema da educação. 19 ed. São Paulo: Loyola. 2008. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Norma Brasileira (NBR) 10.520. Informação e Documentação – Citações em		
	documentos – Apresentação. Ago/2002.		
	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Norma Brasileira (NBR) 6.023. Informação e Documentação – Referências -		
	Elaboração. Ago/2002. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Norma Brasileira (NBR) 14.724 . Informação e Documentação – Trabalhos		
	Acadêmicos – Apresentação. Mar/2011.		
	BIREME / OPAS / OMS (Brasil) Acesso às fontes de informação da Biblioteca Virtual em Saúde. BIREME / OPAS / OMS. São Paulo: BIREME / OPAS / OMS, Março 2008. 23 p.		
		PES via federação CAFe. RNP. 2015. Disponível em	

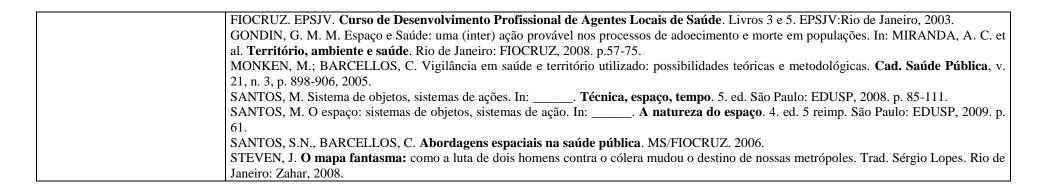
Componente Curricular: Políticas de Saúde (CH: 30 horas)

Ementa	Antecedentes históricos do Sistema Único de Saúde. Legislação do SUS. Financiamento em Saúde. Regionalização da Saúde.	
Competências	Habilidades	Bases Tecnológicas
	momentos de construção do SUS.	A Reforma Sanitária Brasileira: antecedentes históricos do Sistema Único de Saúde.
a organização e operacionalização do SUS no	Conhecer o Sistema Único de Saúde: princípios, diretrizes, legislação e formas de financiamento, analisando seus principais avanços e	
contexto atual e suas possibilidades de intervir na		O financiamento da saúde e do SUS.
realidade local e nas condições de vida da população.	Reconhecer a organização atual do Sistema Único de Saúde.	A Regionalização da saúde no SUS.
Bibliografia	BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Sistema Único de Saúde. (Coleção Para Entender a Gestão do SUS). Brasília: CONASS, 2011. BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. O Financiamento da Saúde (Coleção Para Entender a Gestão do SUS). Brasília: CONASS, 2011. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Brasília. Ministério da Saúde. 2011 BRASIL. Ministério da Saúde. Decreto nº 7. 508, de 28 de junho de 2011. Brasília: Ministério da Saúde. 2011. CAMPOS, G.W.S. et al. Tratado de Saúde Coletiva. São Paulo/ Rio de Janeiro. Hucitec/FIOCRUZ. 2006 GIOVANELLA, L. et al. (Orgs). Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil. Rio de Janeiro. FIOCRUZ. 2008. SUS: o que você precisa saber sobre o Sistema Único de Saúde. São Paulo. Atheneu. 2006. PAIM, J. et al. O sistema de saúde brasileiro: história, avanços e desafios. The Lancet. Disponível em: www.thelancet.com. PAIM, J. et al. Saúde Coletiva: teoria e prática. PAIM, J.S, ALMEIDA-FILHO, N.1 ed. Rio de Janeiro. MedBook, 2014 PAIM, J. S. O que é o SUS. Coleção Temas em Saúde. Rio de Janeiro. FIOCRUZ. 2009 ROUQUAYROL, M.Z, GURGEL, M. Epidemiologia e Saúde. Rio de Janeiro. MedBook. 2013.	

MÓDULO 2

Componente Curricular: Território em Saúde (CH: 30 hs)

Ementa	Espaço geográfico. Território. Espaço geográfico e epidemiologia: distribuição espacial das desigualdades em saúde. Representação do processo saúde e doença em mapas.		
Competências	Habilidades	Bases Tecnológicas	
Compreender o conceito de território, suas múltiplas dimensões e conteúdos e as dinâmicas que o caracteriza. Identificar os determinantes, riscos, vulnerabilidades, potencialidades e a contribuição do território para o processo saúde e doença-cuidado. Compreender a importância dos dados e informações territorializadas para as tomadas de decisões e ações.	Conhecer as concepções e práticas sobre o território. Relacionar aspectos e condições de território com os determinantes e condicionantes de saúde. Conhecer riscos e vulnerabilidades existentes no território.	O espaço geográfico enquanto sistemas de objetos e sistemas de ações: a construção do conceito de território e sua apropriação na saúde. Território: espaço de vigilância em saúde e de relações de poder. Regras sociais e recursos comunitários. Formas de organizar a vida e as relações políticas, sociais, econômicas e culturais vigentes nas comunidades. Espaço geográfico e Epidemiologia: os espaços urbanos e a saúde. Fenômenos de adoecimento e possibilidades de recuperação da saúde tendo em vista a realidade vivida nas comunidades. Distribuição espacial das desigualdades em saúde. Representação dos processos saúde doença em mapas: noções de cartografia.	
Bibliografia	BARCELLOS, C. Os indicadores da pobreza e a pobreza dos indicadores: uma abordagem geográfica das desigualdades sociais em saúde. In: (Org.). A geografia e o contexto dos problemas de saúde. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2008. p. 107-140. BONFIM, C.; MEDEIROS, Z. Epidemiologia e Geografia: dos primórdios ao geoprocessamento. Espaç. Saúde, v.10, n.1, p. 53-62, 2008. BOUSQUAT, A.; COHN, A. A dimensão espacial nos estudos sobre saúde: uma trajetória histórica. Rev. História, Ciências, Saúde, v. 11, n. 3, p. 549-568, 2004. CAIRUS, H. F. Ares, águas e lugares. In: CAIRUS, H. F.; RIBEIRO JÚNIOR, W. A. Textos hipocráticos: o doente, o médico e a doença. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005. p. 91-129. (Coleção História & Saúde) CZRESNIA, D, MONTEIRO, A.M. O conceito de espaço em epidemiologia: uma interpretação histórica e epistemológica. Rev. Cad.Saúde Pública. Jul/set.2000. FARIA, R. M.; BORTOLOZZI, A. Espaço, território e saúde: contribuições de Milton Santos para o tema da geografia da saúde no Brasil. Rev. RA'E GA, n. 17, p. 31-41, 2009.		



Componente Curricular: Organização da Atenção à Saúde (CH: 60 hs)

Ementa	Modelos de atenção à saúde. Políticas de atenção à saúde. Redes de atenção à saúde. Gestão e Gerência em Saúde.	
Competências	Habilidades Bases Tecnológicas	
Compreensão dos diferentes modelos de atenção à saúde e sua organização na forma de redes de atenção à saúde.	Reconhecer os diferentes modelos de atenção à saúde e sua conformação em redes de atenção à saúde. Compreender a rede de atenção à saúde como estratégia de prestação do cuidado no SUS.	 . Modelos de Atenção à saúde. . Redes de Atenção à saúde. . Políticas de Atenção Primária e Promoção da Saúde. . Políticas de Assistência de média e alta complexidade no SUS. . Políticas de Assistência hospitalar. . Política de Humanização.
	Identificar as principais políticas setoriais da saúde e suas interfaces com os registros e informações em saúde. Conhecer os princípios norteadores e dispositivos da Política Nacional de Humanização.	. Tecnologias e instrumentos de Gestão no SUS: instâncias de articulação intergovernamental e ferramentas de pactuação.
Compreensão das principais formas de articulação intergovernamental do SUS.		
Bibliografia	BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Para entender BRASIL. Ministério da Saúde. Cartilha HumanizaSUS. Brasília: Min BRASIL. Ministério da Saúde. HumanizaSUS: documento base para Brasília: Ministério da Saúde. 2006. BRASIL. Ministério da Saúde. Gestão participativa e cogestão. Bras BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 4. 279, de 30 de dezembro BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Atenção prin Brasília: CONASS. 2011. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro Saúde. 2011. BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº Hospitalar. Brasília: Ministério da Saúde. 2013 JUNQUEIRA, L. A. P. Gerência dos Serviços de Saúde. Cadernos de	nistério da Saúde. 2004. a gestores e trabalhadores do SUS. (Série B. Textos Básicos de Saúde). ília: Ministério da Saúde. 2009. o de 2010. Rede de Atenção à saúde. Brasília: Ministério da Saúde. 2010. nária e Promoção da Saúde (Coleção Para Entender a Gestão do SUS). o de 2011. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: Ministério da 3. 390, de 30 de dezembro de 2013. Política Nacional de Atenção Saúde Pública. v. 6, n. 3, p. 247-259, 1990. do da função gerencial: os gerentes como atores e autores do seu processo

MENDES, E V. As redes de atenção à saúde. **Revista Ciência em Saúde Coletiva.** Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo>. 2010.

MENDES, E. V. As redes de atenção à saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde. 2011.

SANTOS, N. R., AMARANTE, P. D. C. Gestão Pública e Relação Público/Privado na Saúde. Rio de Janeiro: CEBES. 2010.

SILVA, S. F. Redes de Atenção à saúde no SUS: o pacto pela saúde e redes regionalizadas de ações e serviços de saúde. Campinas: Saberes. 2011.

VASCONCELOS, C.M. Política e gestão no SUS: uma interação conflitiva. In: Castro, Formiga, Vilar. **Política e Gestão em Saúde.** Natal: EDUFRN. 2006.

VASCONCELOS, C.M. Relações intergovernamentais no setor saúde: a experiência da CIT no Brasil. In: Castro, Formiga, Vilar. **Política e Gestão em Saúde**. Natal: EDUFRN. 2006.

VECINA NETO, G.; MALIK, A. A. Gestão em Saúde. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2012.

Componente Curricular: Registros em Saúde (CH: 80 hs)

Ementa	Registros e Prontuários. Qualidade dos registros. Informatização de prontuários. Arquivo e Catalogação de Prontuários. Conservação e		
	Recuperação de prontuários.		
Competências	Habilidades	Bases Tecnológicas	
-	Identificar os aspectos históricos, éticos e legais dos registros em	Aspectos históricos éticos e legais dos registros e prontuários.	
históricos e organizacionais dos	saúde e dos prontuários.		
registros e prontuários, com		Prontuários: tipos, características e conteúdo.	
	Contribuir para a manutenção da integridade dos registros e		
importância da acessibilidade das informações para o planejamento	prontuários e participar na avaliação da qualidade dos registros.	Qualidade dos registros nos prontuários: completude, legibilidade e confiabilidade.	
e avaliação, de forma ética e	Colaborar com a equipe de trabalho na preparação de normas de		
segura.	conteúdo dos formulários e prontuários.	A informatização de prontuários: prontuário eletrônico; microfilmagem; digitalização.	
	Apoiar as estratégias de educação permanente relacionadas à área de		
	registros e informações em saúde.	Técnicas de arquivo e catalogação de prontuários.	
	Desenvolver e aplicar procedimentos para a guarda e catalogação dos	Técnicas de conservação e recuperação dos formulários e prontuários	
	prontuários, revisando seu conteúdo com base nas normas e formato	danificados.	
	de prontuário definido pela instituição.		
Bibliografia	•	cos: Um estudo descritivo como referência básica à implantação e a	
	operacionalização.		
	CFM. Cartilha sobre o Prontuário Eletrônico: a certificação de sistemas de registro eletrônico de saúde. 2012.		
	MUNCK, S. (Coord.). Textos de Apoio em Registros de Saúde. EPSJV. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.		
	SANTOS, N. M. A gestão do prontuário do paciente com ênfase na atuação da Comissão de Revisão de Prontuários. III Simpósio Baiano de		
	Arquivologia. Salvador/BA. 2011.		
	VASCONCELLOS, M.M, GRIBEL, E.B, MORAES, I.H.S. Registros em saúde: avaliação da qualidade do prontuário do paciente na atenção básica. Cad. Saúde Pública . v. 24 Sup 1, 2008, p. 173-182.		
	SCHOUT, D, NOVAES, H.M.D. Do registro ao indicador: gestão da produção da informação assistencial nos hospitais. Ciência & Saúde		
	Coletiva, v.12, n.4, 2007, p. 935-944.		

Componente Curricular: Processo de Trabalho em Registros e Informações em Saúde (CH: 60 hs)

Ementa	Planejamento e gerenciamento de setores de registros e informações em saúde. Interface dos setores de registros e informações em saúde com		
	outros setores dos serviços de saúde. Processo de trabalho em setores de registros e informações em saúde.		
Competências	Habilidades	Bases Tecnológicas	
Capacidade de organizar e	Planejar e gerenciar as ações desenvolvidas nos setores de	Planejamento e gerenciamento de setores de registros e informações em	
gerenciar serviços de	informações em saúde, com base nas técnicas e métodos relacionados	saúde em diferentes serviços de saúde.	
documentação, registros e	à área e nas diretrizes institucionais.		
estatísticas de saúde.		Interface dos setores de registros e informações em saúde com outros	
	Estabelecer a relação entre os setores de registros e informações em	setores do serviço de saúde.	
	saúde e outros setores dos serviços de saúde.		
processo de trabalho nos setores		O processo de trabalho em setores de registros e informações em saúde.	
de registros e informações em			
saúde.			
Bibliografia		gica para a qualificação da gestão e o fortalecimento do controle social no	
	SUS. Tempus - Actas de Saúde Coletiva, v. 3, n. 3, 2009, p. 16-30.		
	ESCRIVÃO JUNIOR, A. Uso da informação na gestão de hospitais públicos . Rev. Ciência e Saúde Coletiva, v.12, n.3, 2007, p. 655-666.		
	MUNCK, S. (Coord.). Textos de Apoio em Registros de Saúde . EPSJV. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.		
	SANTOS, N. M. A gestão do prontuário do paciente com ênfase na atuação da Comissão de Revisão de Prontuários. III Simpósio Baiano de		
	Arquivologia. Salvador/BA. 2011.		
	SCHOUT, D, NOVAES, H.M.D. Do registro ao indicador: gestão da produção da informação assistencial nos hospitais. Ciência & Saúde		
	Coletiva, v. 12, n. 4, 2007, p. 935-944.		

Componente Curricular: Epidemiologia (CH: 60 hs)

Ementa	Princípios básicos de epidemiologia. Medidas de frequência das doenças: mortalidade e morbidade; Indicadores de Saúde. Perfil Epidemiológico da População. Riscos em Epidemiologia. Vigilância em Saúde. Vigilância Epidemiológica. Vigilância Sanitária. Vigilância Ambiental. Vigilância em Saúde do Trabalhador.		
Competências	Habilidades	Bases Tecnológicas	
Capacidade de empregar	Reconhecer os princípios básicos da Epidemiologia.	. Princípios básicos de epidemiologia.	
métodos e técnicas para coleta,		. Medidas de frequência das doenças: mortalidade e morbidade;.	
1	Reconhecer e interpretar as medidas de frequência das doenças.	•	
epidemiológicos, produzindo		. Indicadores de Saúde.	
informações organizadas e necessárias ao conhecimento dos	Compreender o uso e interpretação dos indicadores de saúde na análise e acompanhamento do nível de saúde da população;	. Perfil Epidemiológico da População.	
determinantes e das condições de	ananse e acompannamento do niver de saude da população,	. Riscos em Epidemiologia.	
ocorrências de doenças e agravos		. Vigilância em Saúde.	
à saúde das populações humanas.	promoção à saúde no território;	. Vigilância Epidemiológica.	
	Identificar os usos, conceitos, aplicações e tecnologias das vigilâncias	. Vigilância Sanitária.	
interpretação dos Indicadores de Saúde na análise e	epidemiológica, sanitária e ambiental.	. Vigilância Ambiental.	
acompanhamento do nível de saúde da população.	Reconhecer os riscos no trabalho e estratégias de vigilância à saúde do trabalhador.	. Vigilância em Saúde do Trabalhador.	
	Utilizar os recursos da epidemiologia no planejamento, acompanhamento e avaliação das ações de saúde.		
Identificar os usos, conceitos, aplicações e tecnologias das vigilâncias epidemiológica, sanitária e ambiental.			
Bibliografia	MEDRONHO, R.A et al . Epidemiologia. 2 ed. São Paulo: Atheneu. 2009.		
	PEREIRA, M.G. Epidemiologia: teoria e prática. 1 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 1995.		
	ROUQUAYROL, M.Z; Filho, N.A. Epidemiologia e Saúde . 6 ed. Rio de Janeiro. MEDSI. 2003		
	CAMPOS, G.W.S et al. Tratado de Saúde Coletiva . 1 ed. São Paulo/		
	REDE INTERAGENCIAL DE INFORMAÇÃO PARA A SAÚDE. Indicadores básicos de saúde no Brasil: conceito e aplicações. 2 ed.		
	Brasília: OPS. 2008.		

MÓDULO 3

Componente Curricular: Bioestatística (CH: 60 hs)

Ementa	Estatística e Bioestatística: conceitos e aplicações na área da saúde. Medidas estatísticas: medidas de tendência central e de dispersão. Técnicas de organização e apresentação de dados em gráficos e tabelas. Probabilidade: conceitos e distribuição. Caracterização das variáveis. Técnicas de amostragem voltadas para estudos na área da saúde. Testes estatísticos e seus usos em estudos na área da saúde. Construção e alimentação de banco de dados.	
Competências	Habilidades	Bases Tecnológicas
Capacidade de utilizar a bioestatística como ferramenta de analise e soluções de problemas relacionados à saúde.	 Conhecer os conceitos de estatística e bioestatística e suas aplicações na saúde. Descrever e apresentar dados de forma organizada, através de gráficos e tabelas. Compreender e utilizar as medidas de tendência central e de dispersão na análise de dados estatísticos na área da saúde. Compreender a análise probabilística de dados. Reconhecer e indicar as diferentes técnicas de amostragem em desenhos estatísticos de pesquisas na área da saúde. Compreender o uso e saber interpretar os testes estatísticos em análises inferenciais. 	 . Medidas estatísticas: medidas de tendência central e de dispersão. . Técnicas de organização e apresentação de dados em gráficos e tabelas. . Probabilidade: conceitos e distribuição. . Caracterização das variáveis. Técnicas de amostragem voltadas para estudos na área da saúde. . Testes estatísticos e seus usos em estudos na área da saúde.
Bibliografia	BASTOS,J. L. D., DUQUIA, R. P. Tipos de dados e formas de apresentação na pesquisa clínico-epidemiológica. Notas de Epidemiologia e Estatística. <i>Scientia Medica</i> , Porto Alegre: PUCRS, v. 16, n. 3, jul./set. 2006. BASTOS, J. L. D., DUQUIA, R. P. Medidas de dispersão: os valores estão próximos entre si ou variam muito? Notas de epidemiologia e estatística. <i>Scientia Medica</i> , Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 40-44, jan./mar. 2007. DORIA FILHO, U. Introdução à Bioestatística para simples mortais. 3ed. São Paulo: Negócio. 1999.152 p. DUQUIA, R. P., BASTOS,J. L. D. Medidas de tendência central: onde a maior parte dos indivíduos se encontra? Notas de epidemiologia e estatística. <i>Scientia Medica</i> , Porto Alegre: PUCRS, v. 16, n. 4, out./dez. 2006. PINHEIRO, R.S., TORRES, T.Z.G. Análise exploratória de dados. p. 323-341. In: MEDRONHO, R.A. Epidemiologia. São Paulo: Ateneu, 2009. 685p. TORRES, T.Z.G., MAGNANINI, M. M. F., LUIZ, R. R. Amostragem. p.403-414. In: MEDRONHO, R.A. Epidemiologia. São Paulo: Ateneu, 2009. 685p. TAKAHASHI, S, INOUE, TREND - pro Co. Guia Mangá de Estatística. São Paulo: Novatec. 2010. 215 p. TOLEDO, G.L, OVALLE I.I. Estatística Básica. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1985.459 p.	

Componente Curricular: Informática em saúde II (CH: 45 horas)

Ementa	Software de planilha eletrônica (Microsoft Office Excel).		
Competências	Habilidades	Bases Tecnológicas	
Desenvolver atividades na área da saúde, fazendo o uso potencial dos recursos de tecnologia da informação, reconhecendo-se como partícipe do processo e usuário do meio informacional.	Identificar os diferentes tipos de gráficos, fórmulas e funções e	. Formatação de células. . Classificação e filtro dados.	
Bibliografia	SILVA, M. G. Informática: terminologia básica, Microsoft Windows XP, Microsoft Office Word 2003, Microsoft Office Excel 2003 Microsoft Office Access 2003 e Microsoft Office PowerPoint 2003. 1 ed. São Paulo: Érica. 2006.		
	SILVA, M. G. Informática: Terminologia Básica, Windows XP, Mi	icrosoft Office Word e Excel. 10 ed. São Paulo: Érica. 2008.	

Componente Curricular: Anatomia Humana e Terminologia em Saúde (CH: 120 hs)

Ementa	Anatomia, Patologia e Terminologia dos sistemas do corpo humano. Processo de formação dos termos. Terminologia de Sinais e sintomas. Terminologias de Diagnóstico, procedimento diagnóstico e procedimento terapêutico. Terminologia de Processos Patológicos.	
Competências	Habilidades	Bases Tecnológicas
	Identificar a conformação do corpo humano em seus vários sistemas e suas interrelações. Associar diagnósticos, procedimentos diagnósticos e terapêuticos às partes anatômicas do corpo. Classificar e codificar procedimentos diagnósticos, procedimentos	Considerações anatômicas, doenças mais frequentes e terminologia específica dos sistemas do corpo humano: sistema neurológico; sistema cardiovascular; sistema respiratório; sistema digestivo; sistema tegumentar; sistema musculoesquelético; sistema hematopoetico; sistema
	terapêuticos e doenças citados nos registros em saúde como parte da padronização de eventos em saúde, necessária para a produção de estatísticas de saúde, estudos e pesquisas.	endócrino; sistema geniturinário, função reprodutiva, gravidez, parto e puerpério. O processo de formação dos termos em saúde: raízes, prefixos e sufixos. Sinais e sintomas e sua terminologia geral.
	Identificar e entender os termos clínicos e de procedimentos de uso mais comuns nos registros em saúde.	Diagnóstico, procedimento diagnóstico e procedimento terapêutico e sua terminologia geral. Introdução aos processos patológicos: inflamatórios e infecciosos,
		neoplásicos, crônico-degenerativos, por causas externas, doenças infecto- parasitárias, doenças relacionadas ao trabalho e zoonoses.
Bibliografia	LAB. Rio de Janeiro, 2006. MERCK. Manual Merck. Disponível em: http://www.msd-brazil.cor NETTER, F. H. Atlas de Anatomia Humana. 3ed. Porto Alegre: Artı PORTO, C. C. Vademecum de clínica médica. 2ª Edição. Rio e POSSO, M.B.S. Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem. São Pa	med, 2003. de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

Componente Curricular: Sistemas de Informações em Saúde I (CH 60 hs)

Ementa	Informações em saúde. Fluxo das informações em saúde. Ética e cidadania na produção e uso de informações em saúde. Política Nacional de		
	Informação e Informática em Saúde. Sistemas de Informações em Saúde.		
Competências	Habilidades	ilidades Bases Tecnológicas	
Capacidade de identificar a importância dos Sistemas da Informação em Saúde (SIS) articulados à epidemiologia no desenvolvimento dos processos de planejamento, controle e avaliação das ações e serviços.	Compreender os conceitos e usos das Informações em Saúde. Identificar o percurso histórico que conforma a atual Política Nacional de Informação e Informática em Saúde no SUS. Reconhecer a importância da democratização do acesso às Informações em Saúde, enquanto direito dos cidadãos e responsabilidade ética dos trabalhadores e gestores da saúde. Reconhecer os campos de utilização das informações em Saúde, em articulação com as ferramentas da comunicação e da educação em saúde.	Informações em Saúde: espaços de relações de poder e produção de saber, conceitos, importância e usos. Fluxo das Informações em Saúde: Registro, Processamento, Análise e Disponibilização. Ética e cidadania nos processos de produção e utilização da informação. Política Nacional de Informação e Informática em Saúde: aspectos históricos e contexto atual. Sistemas de Informações em Saúde: principais conceitos e princípios de	
	Compreender a importância das informações em saúde no planejamento, acompanhamento e avaliação das ações de saúde. Conhecer o percurso de conformação das informações em saúde, analisando seus entraves e potencialidades. Compreender a importância dos Sistemas de Informações em Saúde (SIS) para organização, disseminação e uso das informações em saúde. Identificar os princípios básicos que determinam a organização de um	Sistemas de Informações em Saúde do Ministério da Saúde: classificação, características, benefícios e funcionalidades. Segurança e Qualidade das Informações em Saúde.	
Bibliografia	SIS. BRANCO, M.A.F. Informação e Saúde: uma ciência e suas política MORAES, I.H. S. Informação em Saúde: da prática fragmentada a MORAES, I. H. S. Política, Tecnologia e informação em saúde: a ut MINISTÉRIO DA SAÚDE. DATASUS. Produtos e Serviços: cartilla Brasília. Ministério da Saúde. 2007.	s em uma nova era. 1 ed. Rio de Janeiro. FIOCRUZ. 2006. to exercício da cidadania. 1 ed. Rio de Janeiro. HUCITEC. 1994. topia da emancipação. 1 ed. Salvador. Casa da Qualidade. 2004.	

MÓDULO 4

Componente Curricular: Planejamento em Saúde (CH: 30 horas)

Ementa	Planejamento em saúde: histórico, conceitos básicos e enfoques. Avaliação em saúde. Avaliação de sistemas e serviços de saúde. Instrumentos de planejamento do SUS.		
Competências	Habilidades	Bases Tecnológicas	
Capacidade de compreender o planejamento em saúde como estratégia fundamental para organização dos serviços de saúde. Compreensão do uso das informações no planejamento em saúde.	Reconhecer a importância do planejamento em saúde. Discutir os conceitos, tipos de planejamento e instrumentos de planejamento utilizados na gestão em saúde. Conhecer os métodos operacionais de planejamento em saúde.	Desenvolvimento histórico da planificação em saúde. Planejamento em saúde: conceitos básicos e enfoques. Avaliação em saúde: modelos teóricos e abordagens conceituais. Avaliação de sistemas e serviços de saúde. Instrumentos de planejamento do SUS.	
Bibliografia	de operacionalização . Ministério da Saúde, Organização Pan America Básicos de Saúde). TANCREDI, F. B. BARRIOS, S. R. L., FERREIRA, J. H. G. F. I Cidadania).	SUS (PlanejaSUS): uma construção coletiva. Trajetória e orientações ana da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 318 p. (Série B. Textos Planejamento em Saúde. v. 2. São Paulo: USP. 1998. (Série Saúde & da Gestão e Trabalho em Saúde. ABRAHÃO, A. L.; FRANCO, T. B.;	

Componente Curricular: Sistemas de Informações em Saúde II (CH: 60 hs)

Ementa	Ferramentas de análise de dados. Sistemas de Informações em Saúde (SIH; SCNES; SIA; SI-PNI; SIAB; SIOPS; SINASC; SIM; SINAN). Cartão SUS; CID-10. Prontuários eletrônicos.		
Competências	Habilidades	Bases Tecnológicas	
Capacidade de identificar a importância dos Sistemas de Informações em Saúde (SIS) articulados à epidemiologia no desenvolvimento dos processos de planejamento, controle e avaliação das ações e serviços. Capacidade de operar os diversos SIS em uso nas unidades de saúde.	Reconhecer os principais SIS utilizados na área de gestão em saúde, distinguindo-os quanto às suas características e finalidades. Manusear os principais bancos de dados de dados dos SIS utilizados na área de gestão em saúde. Conhecer a operacionalização dos principais Sistemas de Informações em Saúde vigentes no país. Compreender as finalidades e estrutura do Código de Classificação Internacional de Doenças e problemas relacionados à saúde (CID 10).	. Alimentação dos bancos de dados e acesso às Informações dos principais SIS/SUS utilizados na área de gestão em saúde Ferramentas de análise de dados – TABNET e TABWIN Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS) Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações (SI-PNI) Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB) Sistema de Orçamento Público de Saúde (SIOPS) Sistema de Informações de Nascimento (SINASC) Sistema do Cartão Nacional de Saúde Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) Sistema de Informação Nacional de Agravos de Notificação e outros (SINAN) Organização do Código de Classificação Internacional de Doenças (CID 10) Outros SIS utilizados na gestão de serviços de saúde: características, benefícios e funcionalidades.	
Bibliografia	Sistemas de Prontuários Eletrônicos dos Pacientes. BRASIL. Ministério da Saúde. A experiência brasileira em sistemas de informação em saúde. Volume 1. Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. (Série B. Textos Básicos de Saúde) BRASIL. Ministério da Saúde. A experiência brasileira em sistemas de informação em saúde. Volume 2. Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. (Série B. Textos Básicos de Saúde) CARVALHO, A. O. Sistemas de Informação em Saúde para Municípios. Volume 6. CARVALHO, A.O., EDUARDO, M.B.PSão Paulo: USP, 1998. (Série Saúde & Cidadania) JORGE, M.H.P.M.; LAURENTI, R.; GOTLIEB, S.L. Avaliação dos sistemas de informação em saúde no Brasil. Cad. Saúde colet., v. 18, n. 1, 2010, p. 7 – 18.		

Componente Curricular: Práticas integradas na área em Registros e Informações em Saúde (CH: 200 hs)

Ementa	Saúde e Sociedade. Processo de Trabalho em Saúde. Promoção da Saúde e Segurança no Trabalho. Biossegurança nas Ações de Saúde. Políticas de Saúde. Organização da Atenção à Saúde. Território em Saúde. Planejamento em Saúde. Registros em Saúde. Processo de Trabalho na Área de Registros e Informações em Saúde. Epidemiologia. Bioestatística. Sistemas de Informações em Saúde.		
Competências	Habilidades	Bases Tecnológicas	
saúde como instrumento essencial para o planejamento e programação em saúde e estratégia na análise de situação	relatórios de informações em saúde.	Processo de Trabalho em Saúde. Promoção da Saúde e Segurança no Trabalho. Biossegurança nas Ações de Saúde. Políticas de Saúde. Organização da Atenção à Saúde. Território em Saúde. Planejamento em Saúde. Registros em Saúde. Processo de Trabalho na Área de Registros e Informações em Saúde Epidemiologia. Bioestatística. Anatomia Humana e Terminologia em Saúde. Sistemas de Informações em Saúde.	
Bibliografia	Toda a bibliografia utilizada durante o curso.	I .	

6. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E DA ASSIDUIDADE

A avaliação da aprendizagem será centrada no processo de ensino-aprendizagem e concebida como mais uma oportunidade de aprendizagem, na qual professor e aluno participam, acompanham e contribuem de maneira efetiva para a transformação da prática; uma avaliação compromissada com o desenvolvimento pleno do aluno, nas dimensões humana, cognitiva, política, filosófica e ética. Esta avaliação ocorrerá de forma processual, com algumas atividades avaliativas pontuais, destinadas a avaliar a apreensão de conteúdos específicos.

Foram estabelecidos pela legislação da educação profissional, critérios de avaliação do desempenho do aluno, sendo este considerado APTO e NÃO APTO nas avaliações de desempenhos parcial e final. Ao final de cada componente curricular, será expressa por uma das menções abaixo, conforme estão conceituadas e operacionalmente definidas (Quadro 2). Estes nortearão docentes e discentes no julgamento das habilidades e competências a serem desenvolvidas durante os componentes curriculares.

Quadro 2 – Descrição da Avaliação dos Estudantes. Natal/RN, 2016.

Menção	Conceito	Definição Operacional
A	Apto	O aluno desenvolveu as competências requeridas, com desempenho previsto.
NA	Não apto	O aluno não desenvolveu as competências requeridas, com o desempenho desejado e/ou não cumpriu a frequência mínima exigida durante as aulas teórico-práticas ou estágio curricular.

Aos alunos que apresentem dificuldades no domínio das competências e habilidades, serão oportunizadas, no decorrer do componente curricular, atividades de recuperação e se necessário, orientação individualizada. Os alunos que, ainda assim, não forem considerados aptos em uma competência, devem desenvolvê-la a partir de nova matrícula neste componente curricular, de acordo com a sua oferta regular.

A frequência mínima para aprovação dos estudantes é regulamentada pelo Regimento Interno da ESUFRN, aprovada através da Resolução nº 008/15-CONSUNI, de 22 de Maio de 2015, correspondendo ao limite máximo de 75% de frequência, em relação à carga horária total do componente curricular.

A aprovação em um componente curricular está condicionada à obtenção do rendimento acadêmico exigido na avaliação da aprendizagem e frequência mínima exigida na avaliação da assiduidade.

Será considerado concluinte do curso o estudante que obtiver a aprovação em todos os componentes curriculares do curso.

7. APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

As competências anteriores adquiridas pelos alunos poderão ser avaliadas para aproveitamento de estudos, no todo ou em parte, nos termos da legislação vigente, conforme Artigo 11º da Resolução CNE/CEB N.º 04/99.

Os conhecimentos e experiências que poderão ser aproveitados no curso são aqueles adquiridos:

- Em qualificação profissional e etapas ou módulos de nível técnico concluído em outros cursos;
 - Os reconhecidos em processos de certificação profissional;

As competências adquiridas em qualificação profissionais e etapas ou módulos de nível técnico concluídos em cursos de escolas devidamente autorizados, ou processos formais de certificação de competências, poderão ser aproveitadas, mediante comprovação e análise da adequação ao perfil profissional de conclusão pretendido. As competências adquiridas em cursos de educação profissional de nível básico ou por outros meios informais poderão ser aproveitadas mediante avaliação do aluno.

O aproveitamento, em qualquer condição, deverá ser requerido antes do início do desenvolvimento (dos módulos ou do curso), em tempo hábil para deferimento pela Direção e a devida análise por parte de quem caberá a avaliação de competências e a indicação de eventuais complementações.

Os que procedem à avaliação para aproveitamento de competências apresentarão relatório que será arquivado na secretaria escolar, juntamente com os documentos que instituirão esse processo.

Conhecimentos e experiências anteriores do estudante poderão ser aproveitados no Curso Técnico em Registros e Informações em Saúde, desde que relacionados com o perfil do profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação. Para ter direito ao aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores, o candidato deverá solicitar o

aproveitamento, através de requerimento próprio, e de acordo com o calendário escolar. A solicitação será analisada pelo Conselho da ESUFRN e Conselho de Cursos Técnicos que levará em conta os seguintes critérios: análise de documentos comprobatórios da instituição de origem, dos conhecimentos e experiências adquiridas.

O aproveitamento de estudos realizados há mais de cinco anos ou cursos livres de educação profissional cursadas em Escolas Técnicas ou em outras Instituições especializadas em educação profissional, conhecimentos adquiridos no próprio trabalho ou por outros meios informais, deverão passar pelo processo de julgamento da equipe didático-pedagógica, nomeada pela Direção da Escola.

No que se refere aos conhecimentos e experiências anteriores provenientes de prática vivenciada pelo indivíduo no mundo do trabalho, de acordo com a Resolução 04/99 – CNE, artigo 11, inciso IV, o aproveitamento e certificação dessas competências dar-se-á após avaliação mediante um teste teórico-prático em Instituição Pública, supervisionado por um professor da escola observando os critérios de avaliação estabelecidos pelo colegiado de curso.

8. TRANCAMENTO DE MATRÍCULA

O trancamento de matrículas em um componente curricular significa, segundo o Artigo 287 do Regulamento da UFRN, a desvinculação voluntária do estudante da turma referente ao componente curricular em que se encontra matriculado. Deve ser solicitado até, no máximo, a data de cumprimento de 1/3 (um terço) da carga horária prevista e só é permitido o trancamento de matrícula uma única vez no mesmo componente curricular, em períodos letivos consecutivos ou não.

9. PRÉ-REQUISITOS OU CORREQUISITOS DE COMPONENTES CURRICULARES

Segundo o Art.39 do Regulamento dos Cursos Regulares de Graduação da UFRN, um componente curricular é pré-requisito de outro quando o conteúdo ou as atividades do primeiro são indispensáveis para o aprendizado do conteúdo ou para a execução das

atividades do segundo. A matrícula no segundo componente curricular é condicionada à aprovação no primeiro.

Um componente curricular é correquisito de outro quando o conteúdo ou as atividades do segundo complementam os conteúdos do primeiro. A matrícula no segundo componente curricular é condicionada à implantação da matrícula no primeiro (Art. 41 do Regulamento dos Cursos Regulares de Graduação da UFRN).

Os cursos técnicos da ESUFRN acompanham esta normatização, de forma que para o Curso Técnico em Registros e Informações em Saúde, as seguintes condições deverão ser atendidas.

Quadro 03 – Descrição dos Componentes curriculares segundo os seus requisitos. Natal/RN, 2016.

Componentes curriculares	Componentes curriculares requisitados	Componentes curriculares correquisitados
Organização da Atenção à	Políticas de Saúde	-
Saúde		
Informática em Saúde II	Informática em Saúde	-
Sistemas de Informações em	Sistemas de Informações	-
Saúde II	em Saúde I	
Sistemas de informações em	-	Anatomia humana e
Saúde I		Terminologia em Saúde
Práticas integradas na área	Todos os componentes	-
de informações em saúde	currriculares do Curso.	

10. OFERTA DOS COMPONENTES CURRICULARES

Os componentes curriculares serão ofertados nos semestres letivos definidos pela UFRN, de acordo com a seguinte distribuição semestral.

Quadro 04 – Oferta dos Componentes Curriculares de acordo com os semestres letivos. Natal/RN, 2016.

SEMESTRE	COMPONENTE CURRICULAR	СН
LETIVO		
1°	Saúde e Sociedade	45
	Promoção da Saúde e Segurança no Trabalho	50
	Ato de Ler e Escrever	30
	Biossegurança nas Ações de Saúde	30
	Informática em Saúde	45
	Processo de Trabalho em Saúde	60

	Território em Saúde	30
	CH Semestral	290
2°	Políticas de Saúde	30
	Organização da Atenção à Saúde	
	Primeiros Socorros	40
	Registros em Saúde	80
	Processo de Trabalho em Registros e Informações em Saúde	60
	Epidemiologia	60
	CH Semestral	330
3°	Bioestatística	60
	Informática em Saúde II	45
	Anatomia Humana e Terminologia em Saúde	120
	Sistemas de Informações em Saúde I	60
	CH Semestral	315
4°	Planejamento em Saúde	45
	Sistemas de Informações em Saúde II	60
	Práticas Integradas em Registros e Informações em Saúde	200
	CH Semestral	305
CH Total		1.200

11. REALIZAÇÃO DE ESTÁGIOS CURRICULARES

Em acordo com a legislação da educação profissional, as práticas profissionais dos estudantes estão inseridas na matriz curricular através do componente curricular "Práticas Integradas em Registros e Informações em Saúde", sendo consideradas, portanto, obrigatórias para a conclusão do curso.

Estas são desenvolvidas junto aos serviços de saúde, sob responsabilidade e coordenação da ESUFRN. Estas práticas contam com um professor orientador de estágio, responsável pelo acompanhamento didático-pedagógico do estudante durante a realização dessa atividade e de um preceptor, profissional lotado na unidade de realização do estágio, responsável neste local pelo acompanhamento do estudante durante o desenvolvimento dessa atividade.

Além destas, é previsto no Regulamento dos Cursos da UFRN a possibilidade do aluno realizar um estágio curricular não obrigatório, de acordo com sua iniciativa e interesse, sendo este considerado como carga horária optativa ou complementar. Este proporciona a complementação do ensino e da aprendizagem pela participação do estudante em situações reais de vida e trabalho. Permite-se, então que este aluno coloque em prática os conceitos

aprendidos no curso, oportunidade de consolidação dos conhecimentos teóricos e habilidades, de forma a adquirir competências profissionais para exercer sua função.

O estágio não obrigatório é opcional para o aluno e poderá ser realizado desde que o mesmo esteja matriculado, frequentando regularmente o curso e tenha, no mínimo, 16 anos.

O aluno que optar pelo estágio não obrigatório poderá iniciá-lo a partir do Módulo 2. Mesmo não sendo obrigatório, o estágio será orientado e supervisionado por um responsável da parte concedente com formação em saúde e acompanhado por docente orientador indicado pela ESUFRN, que se responsabilizará pela sua avaliação e pela verificação do local destinado às atividades do estágio, procurando garantir que as instalações e as atividades desenvolvidas sejam adequadas para a formação do aluno/estagiário.

Os estágios poderão ser desenvolvidos em organizações privadas ou públicas, onde a atividade do Técnico em Registros e Informações em Saúde se faça necessária, desde que ofereçam as condições essenciais ao cumprimento de sua função educativa. Devem-se evitar situações em que o aluno seja compelido a assumir responsabilidades de profissionais já qualificados e, dessa forma, desenvolvendo as atividades compatíveis com as previstas no Termo de Compromisso.

Poderão ser aplicadas estratégias e/ou instrumentos de avaliação do desempenho do aluno, com registros em formulário próprio de acompanhamento do estágio, com anotações diárias feitas pelo estagiário e validadas pelo supervisor do campo de estágio.

O estágio conforme legislação vigente não poderá exceder 06 horas diárias e 30 horas semanais, devendo constar no respectivo Termo de Compromisso. A carga horária do estágio deverá corresponder, no mínimo, a 20% da carga horária total do curso e o aluno poderá concluí-lo até o término do curso, estabelecido no Termo de Compromisso firmado entre o aluno ou seu responsável legal, a parte concedente e a ESUFRN, que indicará as condições para sua realização. Periodicamente, o aluno deverá apresentar ao docente orientador do estágio, relatório das atividades realizadas, devidamente assinado pelo supervisor e/ou preceptor do estágio.

Para realização do estágio há necessidade dos seguintes documentos:

. Acordo de Cooperação entre a ESUFRN que oferece o curso e a parte concedente que oferece o campo de estágio. Este documento deverá definir as responsabilidades de ambas as partes e todas as condições necessárias à realização do estágio.

- . Termo de Compromisso de Estágio, consignando as responsabilidades do estagiário e da parte concedente, firmado pelo seu representante, pelo estagiário e pela ESUFRN, que deve zelar pelo cumprimento das determinações constantes do respectivo termo.
- . Plano de Atividades do estagiário, elaborado em acordo com aluno, parte concedente e o ESUFRN, incorporado ao termo de Compromisso.
- . Seguro de Acidentes Pessoais para os estagiários, com cobertura para todo o período de duração do estágio pela parte concedente e, alternativamente, assumida pela Escola de Saúde da UFRN. A apólice deve ser compatível com valores de mercado, ficando também estabelecidos no Termo de Compromisso.

Durante a realização do estágio devem ser elaborados:

- . Relatório de Estágio, segundo orientação do supervisor e/ou preceptor de estágio.
- . Ficha de Acompanhamento de Estágio com registros diários feitos pelo estagiário e com visto do supervisor e/ou preceptor de estágio.

O aluno ao qual for concedida a oportunidade do estágio opcional e que realizar integralmente as horas e atividades previstas no respectivo Termo de Compromisso terá apostilado no verso do seu Diploma o estágio realizado. Caso não cumpra o mínimo de horas e das atividades previstas, não terá direito a qualquer aditamento em seu documento de conclusão.

12. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

O ensino teórico-prático será operacionalizado nas instalações da ESUFRN, contando com uma estrutura física composta de salas de aula e laboratórios com equipamentos necessários e material de apoio didático para a simulação e práticas de procedimentos técnicos, além das salas para direção, secretaria, serviço de reprografia, coordenação de curso, sala de reuniões, sala de professores, entre outras (Quadro 4).

Quadro 5 – Descrição da Infraestrutura da ESUFRN. Natal/RN, 2016.

Ambiente	Quantidade	Discriminação	
Salas de aula	10	Ambiente climatizado, com capacidade para 50 estudantes.	
		Equipamentos didáticos: computador com acesso à internet;	
		projetor multimídia com caixas de som; carteiras; quadro.	
Laboratórios de	02	Ambiente climatizado, com capacidade para 40 estudantes.	
Informática		Computadores com acesso à internet.	
Auditórios	01	Ambiente climatizado com capacidade para 100 pessoas.	

		Computador com acesso à internet e projetor multimídia com caixas de som.
	01	Ambiente climatizado, com capacidade para 50 pessoas. Computador com acesso à internet e projetor multimídia com caixas de som. Equipamento de vídeo-conferência.
Anfiteatro	01	Ambiente climatizado, com capacidade para 50 pessoas. Computador com acesso à internet e projetor multimídia com caixas de som.
Biblioteca Setorial	01	Acervo bibliográfico atualizado
Sala de Reunião	01	01 mesa com 10 cadeiras
Sala de Pesquisa	01	03 computadores com acesso à internet 01 mesa de trabalho 01 máquina copiadora

13. ACERVO BIBLIOGRÁFICO

A ESUFRN dispõe de acervo próprio especializado e atualizado, adquirido para favorecer o desenvolvimento do processo de aprendizagem.

Este acervo está organizado, catalogado e classificado na Biblioteca Bertha Cruz Anders, de modo a disponibilizar aos usuários, de forma sistematizada livros e periódicos atualizados nas diversas subáreas da saúde, além de um vasto acervo de material audiovisual como fitas de vídeo, fotografias, CD, DVD e CD-ROM. O acervo dispõe de cabines para estudo individual, computadores para acesso à internet e para uso interno que atende aos alunos através de empréstimo domiciliar e para fotocópia, além de apoio didático-pedagógico aos docentes.

Os estudantes do Técnico em Registros e Informações em Saúde contam ainda, como todos os estudantes da UFRN, com o acesso garantido às bibliotecas da UFRN, incluindo o acervo bibliográfico da Biblioteca Central Zila Mamede e da biblioteca setorial do Centro de Ciências da Saúde, além do acesso liberado em todos os computadores da UFRN ou em acesso remoto através do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) ao Portal de Periódicos, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - *Periódicos CAPES*.

Quadro 6 - Perfil da Gestão e Pessoal Docente. EEN/RN. Natal/RN, 2016.

DIREÇÃO DA UNIDADE	TITULAÇÃO	Currículo Lattes
Edilene Rodrigues Alves - Diretora Geral.	Enfermeira, Doutora.	http://lattes.cnpq.br/2053735291115206

Gilvania Magda Luz de Aquino – Vice	Enfermeira, Mestre.	http://lattes.cnpq.br/7759538913109513
Diretora.	Emermenta, tyrestre.	
Francisca Idanésia da Silva - Diretora	Enfermeira, Mestre.	http://lattes.cnpq.br/8378590302383177
de Ensino.	Emermenta, tyrestre.	
COORDENAÇÃO		
Maria Jalila Vieira de Figueirêdo Leite	Cirurgiã-dentista,	http://lattes.cnpq.br/3960626240467102
Coordenação.	Doutora.	
Elisangela Franco de Oliveira	Enfermeira, Doutora.	http://lattes.cnpq.br/9020549482920149
Cavalcante – Vice-coordenação.		
DOCENTES	TITULAÇÃO	Currículo Lattes
Ana Flávia de Souza Timóteo	Graduação em Sistemas de Informações, Mestre.	http://lattes.cnpq.br/8558579923575035
Cleonice Andréa Alves Cavalcante	Enfermeira, Mestre.	http://lattes.cnpq.br/2065984136909929
Eliane Santos Cavalcante	Enfermeira, Doutora.	http://lattes.cnpq.br/5183653796258727
Elisangela Franco de Oliveira Cavalcante	Enfermeira, Doutora.	http://lattes.cnpq.br/9020549482920149
Francisca Idanésia da Silva	Enfermeira, Mestre.	http://lattes.cnpq.br/8378590302383177
Gilvania Magda Luz de Aquino	Enfermeira, Mestre.	http://lattes.cnpq.br/7759538913109513
Jovanka Bittencourt Leite de Carvalho	Enfermeira, Doutora.	http://lattes.cnpq.br/6954933298962832
Karina Cardoso Meira	Enfermeira, Doutora.	http://lattes.cnpq.br/2185382192736832
Lygia Maria de Fiqueiredo Melo Villas Bôas	Enfermeira, Doutora.	
Maria Jalila Vieira de Figueirêdo Leite	Cirurgiã-dentista, Doutora.	http://lattes.cnpq.br/3960626240467102
Marize Barros de Souza	Enfermeira, Doutora.	http://lattes.cnpq.br/2773303979810841
Matheus de Sousa Mata	Fisioterapêuta, Mestre.	http://lattes.cnpq.br/3923692125757582
Rayssa Horácio Lopes	Enfermeira, Mestre.	http://lattes.cnpq.br/8651713853074718
Roberval Edson Pinheiro de Lima	Economista, Mestre.	http://lattes.cnpq.br/2688374474462562
Sandra Michelle Bessa de Andrade Fernandes	Enfermeira, Mestre.	http://lattes.cnpq.br/0883238003524970
Wilma Maria da Costa Medeiros	Graduação em Processamento de Dados, Mestre.	http://lattes.cnpq.br/6356727389920443
Pétala Tuani Cândido de Oliveira Salvador	Enfermeira, Mestre.	http://lattes.cnpq.br/5628089389342234
Rosires Magali Bezerra de Barros	Psicóloga, Mestre.	http://lattes.cnpq.br/3538892232310984
Lannuzia Verissimo Andrade Alves	Psicóloga, Mestre.	
Theo Duarte da Costa	Enfermeiro, Doutor.	

14. CERTIFICADOS E DIPLOMAS

A expedição do certificado e diploma é de responsabilidade da ESUFRN.

O aluno que concluir com aproveitamento o Ensino Médio e a totalidade dos módulos do Curso Técnico em Registros e Informações em Saúde fará jus à obtenção do Diploma com validade nacional para fins de habilitação na respectiva área.

A Secretaria da ESUFRN é responsável pela confecção, guarda e registro dos certificados e diplomas. Estes terão validade nacional e serão acompanhados de histórico escolar que explicitará as competências profissionais adquiridas.

15. REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI. 2013. 562 p.
- BRASIL. Ministério da Educação. Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos. Brasília: MEC. 2012.
 - Disponível em: http://portal.mec.gov.br>. Acessado em 05.04.2015.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Plano Diretor de Tecnologia da Informação.
 Disponível em http://datasus.saude.gov.br/images/PDTI_2014-2015_Vs_Atualizada_jul2015.pdf>. Acessado em 05.04.2015.
- 4. BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Informação e Informática em saúde. Publicada em 29.03.2004. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/PoliticaInformacaoSaude29_03_2004.pdf
 >. Acessado em 05.04.2015
- 5. BRASIL. UFRN. Resolução nº 008/15-CONSUNI, de 22 de Maio de 2015. Aprova a criação da Escola de Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte ESUFRN Unidade Acadêmica Especializada em Educação Profissional em Saúde, bem como do seu Regimento Interno.
- BRASIL. UFRN. Regulamento dos Cursos Regulares de Graduação. Resolução n. 171/2013 – CONSEPE, de 5 de novembro de 2013.